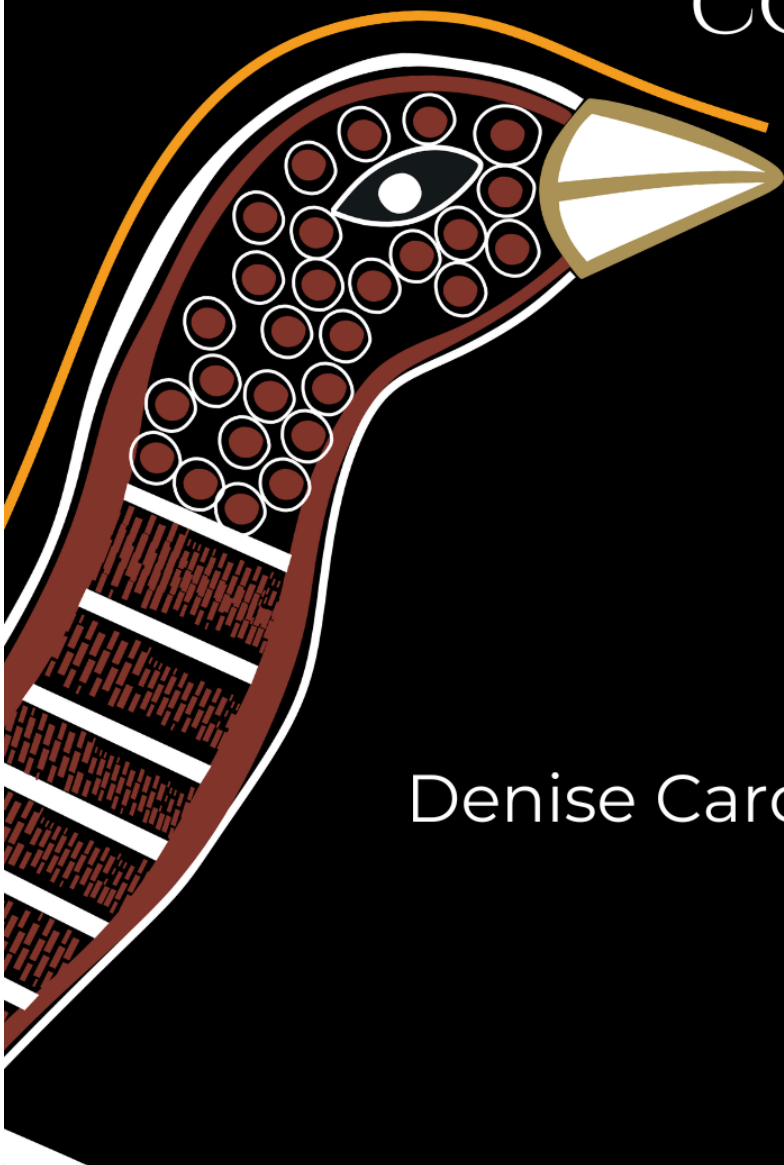


# ST16

## O CORPO FEMININO EM TEMPOS DE CRISE: AS DISPUTAS SOBRE O GÊNERO, OS SENTIDOS, OS FLUÍDOS E AS REPRESENTAÇÕES DO MATERNO ENTRE A MODERNIDADE E O MUNDO CONTEMPORÂNEO



Coordenadoras:  
Denise Cardoso Soares dos Santos  
Luisa Padua Zanon

XIII

**EPHIX** UFMG  
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

# Maternidade em tempos de crise: corpo feminino, luto e resistência na trajetória de Mariluce de Souza Moura

Larissa Darcíria Saraiva

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

saraivaalarissa@gmail.com

**Resumo:** A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) deixou marcas nos corpos e trajetórias de mulheres submetidas à violência de Estado. Este trabalho analisa a experiência de Mariluce de Souza Moura, militante política e viúva de Gildo Moreira Lacerda, evidenciando disputas sobre corpo feminino, maternidade e memória. A maternidade, quando inserida no campo político, transcende a esfera privada e articula memória, justiça e luta social. Metodologicamente, o estudo baseia-se em fontes documentais e bibliográficas, utilizando a trajetória de Mariluce como estudo de caso. A análise mostra como uma mulher afetada pela repressão reconstruiu sua identidade e práticas de resistência no período pós-ditatorial. Ao transformar o luto em ação política, Mariluce evidencia o protagonismo feminino na preservação da memória e na luta pela reparação histórica. O trabalho contribui para debates sobre gênero, corpo e poder, ampliando a compreensão da maternidade em contextos de crise e da ação política feminina diante da violência estatal.

**Palavras-chave:** Ditadura; Militar; Maternidade; Resistência.

**Abstract:** The Brazilian Military Dictatorship (1964–1985) left profound marks on the bodies and life trajectories of women subjected to state violence. This study analyzes the experience of Mariluce de Souza Moura, political activist and widow of Gildo Moreira Lacerda, highlighting disputes surrounding the female body, motherhood, and memory. Motherhood, when situated within the political sphere, transcends the private domain and articulates memory, justice, and social struggle. Methodologically, the study is based on documentary and bibliographic sources, using Mariluce's trajectory as a case study. The analysis demonstrates how a woman affected by repression reconstructed her identity and practices of resistance during the post-dictatorial period. By transforming mourning into political action, Mariluce reveals the central role of women in preserving memory and fighting for historical reparation. This work contributes to debates on gender, body, and power, broadening the understanding of motherhood in contexts of crisis and of women's political action in the face of state violence.

**Keywords:** Dictatorship; Motherhood; Resistance.

## Introdução

A Ditadura Militar<sup>1</sup> brasileira (1964-1985) produziu profundas marcas nos corpos, nas subjetividades e nas trajetórias de mulheres que vivenciaram diretamente a violência de Estado, especialmente aquelas que transformaram o luto, a maternidade e a memória em práticas de resistência política. Sustentado por mecanismos de repressão, censura, perseguição, tortura e desaparecimento forçado, o regime militar brasileiro não atingiu apenas os militantes políticos diretamente perseguidos, mas também suas famílias, produzindo impactos que ultrapassaram gerações e deixaram marcas permanentes na experiência social brasileira. A violência de Estado, nesse contexto, não pode ser compreendida apenas como o uso eventual da força por agentes governamentais, mas como uma política sistemática de controle e eliminação das dissidências políticas. Amparado pela Doutrina de Segurança Nacional, o regime estruturou uma complexa rede de vigilância e repressão que legitimava prisões arbitrárias, torturas, execuções e desaparecimentos forçados em nome da defesa da ordem e do combate ao chamado “inimigo interno”. Como argumentam Edson Teles (2009) e Maria Amélia Teles (2015), a repressão extrapolou os limites da perseguição aos militantes, alcançando familiares, amigos e redes de sociabilidade, produzindo traumas coletivos, silenciamentos e rupturas que permanecem presentes mesmo após o fim formal da ditadura. Nesse sentido, a violência estatal operou simultaneamente sobre os corpos e sobre as memórias, buscando não apenas eliminar opositores, mas também apagar suas histórias e inviabilizar a construção de narrativas alternativas ao discurso oficial do regime (TELES, 2009; TELES, 2015).

Metodologicamente, o presente trabalho apoia-se na análise de fontes documentais, depoimentos, entrevistas e bibliografia especializada, utilizando a trajetória de Mariluce como estudo de caso para compreender como mulheres afetadas pela violência estatal reconstruíram identidades, narrativas e práticas de luta no período pós-ditatorial. A pesquisa dialoga com os estudos de gênero, memória e direitos humanos, partindo do pressuposto de que a maternidade não deve ser compreendida apenas como condição biológica ou experiência privada, mas também como construção histórica atravessada por relações de poder, silenciamento e resistência. Nesse

---

<sup>1</sup> Opta-se neste trabalho pela utilização da expressão “Ditadura Militar” em razão de sua ampla consolidação historiográfica, embora se reconheça a participação de setores civis — empresariais, midiáticos e institucionais — na sustentação do regime autoritário. Os aspectos de violência abordados neste trabalho foram todos realizados pelos militares.

sentido, os estudos de Moura e Araújo (2004) e de Resende (2017) demonstram que a maternidade é uma construção histórica e social, cujos significados variam conforme os contextos culturais, políticos e econômicos. Tal compreensão permite analisar a experiência materna para além de sua dimensão biológica, evidenciando seu caráter socialmente construído e politicamente situado. Paralelamente, os trabalhos de Maria Amélia Teles (1993; 1999; 2020) ressaltam que as mulheres que participaram da resistência à ditadura enfrentaram uma dupla opressão: a violência do regime autoritário e as desigualdades de gênero presentes na própria sociedade brasileira. Seus corpos tornaram-se espaços de disputa política, alvo de mecanismos específicos de controle, disciplinamento e violência. Assim, ao articular gênero, memória e corpo feminino, este estudo busca compreender como mulheres como Mariluce transformaram experiências de perda e sofrimento em práticas de resistência e produção de memória, contribuindo para a construção de narrativas que desafiam o apagamento histórico e reafirmam a centralidade do protagonismo feminino na luta por verdade, justiça e reparação (MOURA & ARAÚJO, 2004; RESENDE, 2017; TELES, 1993, 1999, 2020).

Destacando neste contexto a trajetória de Mariluce de Souza Moura, jornalista, militante política e posteriormente uma das vozes atuantes na luta por memória, verdade e justiça no Brasil pós-ditadura. Nascida em Salvador - BA, Mariluce aproximou-se ainda jovem da militância estudantil e a Ação Popular<sup>2</sup>. Foi nesse ambiente de organização política que conheceu Gildo, importante militante da mesma organização, com quem construiu uma relação afetiva e política profundamente atravessada pelos conflitos e tensões do período autoritário.

Gildo Macedo Lacerda, nascido em Ituiutaba (MG), destacou-se desde jovem pela intensa militância no movimento estudantil, tendo atuado em organizações como a União Estudantil Uberabense e, posteriormente, aproximando-se da Ação Popular em Belo Horizonte enquanto cursava os anos finais do ensino médio, estabelecendo amizade com José Carlos da Mata Machado e posteriormente durante sua formação em economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Com o avanço da repressão militar, passou à clandestinidade, utilizando a

---

<sup>2</sup> Segundo o Diretório Brasil de Arquivos, a Ação Popular inicialmente era uma organização de esquerda cristã. Em meados da década de 1960, rompe com o catolicismo e passa a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista. A trajetória dessa organização foi marcada por cisões internas que a levaram à unificação com o Partido Comunista do Brasil, à aliança com a Organização Revolucionária Marxista, Política Operária e com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em diferentes momentos da sua história. No início da década de 1980, a Ação Popular Marxista-Leninista cessou suas atividades.

identidade falsa de Cássio de Oliveira Alves e sendo também conhecido pelos codinomes Frederico, Fred, Márcio e Ronaldo.

No âmbito de sua trajetória estudantil e política, estabeleceu amizade com José Carlos da Mata Machado, figura central na articulação das redes de resistência universitária. Nesse período, assumiu funções de destaque na militância, sendo eleito vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1969, integrando a última diretoria da entidade antes de sua desarticulação pela repressão do regime militar. Posteriormente, consolidou sua atuação na Ação Popular Marxista-Leninista (APML)<sup>3</sup>, ocupando posições de direção no interior da organização, o que o inseriu de forma mais intensa nas estruturas de resistência política à ditadura.

Segundo Mariluce, dois aspectos da atuação da Ação Popular passaram a incomodá-la: a defesa da estratégia de guerra popular prolongada, inspirada no modelo chinês, e a perspectiva de integração à produção. Após se formar em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1972, iniciou sua atuação profissional na imprensa. A experiência de cobrir as secas no interior baiano contribuiu para que passasse a questionar a viabilidade da proposta revolucionária defendida pelo partido, baseada na transformação do campo em direção à cidade. Essas divergências políticas levaram ao seu afastamento da Ação Popular no início da década de 1970. Entretanto, ao final de 1971, em meio às reorganizações internas e às divisões ocorridas no interior da AP, Mariluce voltou a se aproximar de antigos militantes da organização. Foi nesse contexto que conheceu Gildo Macedo Lacerda. O primeiro encontro entre os dois ocorreu em 11 de junho de 1972, inicialmente motivado por questões políticas. Com o passar do tempo, a relação tornou-se mais próxima e ambos iniciaram um relacionamento amoroso em agosto do mesmo ano.

Com a intensificação da repressão e sua entrada definitiva na clandestinidade, Gildo passou a atuar sob identidade falsa, mantendo-se sob o nome de Cássio de Oliveira Alves. Foi nesse contexto que sua relação com Mariluce de Souza Moura se aprofundou, culminando em um casamento realizado em 28 de outubro de 1972, de caráter religioso obedecendo as regras do catolicismo, intimista e sigiloso. A união ocorreu sob a identidade clandestina de Gildo (Cássio de

---

<sup>3</sup>Ao final de 1971 voltou a procurar seus conhecidos na AP. Em 1972, a AP já estava rachado e se construía a nova "esquerda da AP", com uma visão mais pragmática, com uma nova compreensão da sociedade brasileira como capitalista, a valorização das lutas parlamentares, legais e o abandono da Guerra Popular Prolongada como estratégia para o socialismo no Brasil.

Oliveira Alves)<sup>4</sup>, reforçando a tentativa de ambos de se manterem ocultos e protegidos naquele momento da vigilância constante e da perseguição política.

Em 22 de outubro de 1973, Gildo e Mariluce foram presos em Salvador - BA, sendo conduzidos ao Quartel do Barbalho e submetidos a sessões de tortura pelas forças do regime militar. Mariluce, então grávida, não voltou a ver Gildo, que foi posteriormente transferido para o DOI-CODI do IV Exército, em Recife, onde foi torturado até a morte em 28 de outubro de 1973. Ela, por outro lado, foi liberada em 03 de novembro do mesmo ano. A execução dele foi posteriormente reconhecida e denunciada por investigações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>5</sup>, que desmentiram a versão oficial de confronto. Após sua morte, nasceu Tessa de Moura Lacerda, única filha do casal, constituindo a permanência de sua história para além da violência do Estado<sup>6</sup> e da ruptura imposta pela repressão, apesar de só ter tido um processo longo e doloroso para o reconhecimento oficial de sua paternidade.

A violência da repressão interrompeu brutalmente a trajetória do casal e transformou profundamente a vida de Mariluce, que passou a enfrentar simultaneamente o trauma da perda, a maternidade e a luta pela reconstrução da memória de Gildo diante das tentativas de silenciamento promovidas pelo regime. A maternidade emerge, portanto, como elemento central para compreender sua trajetória, sobretudo porque ultrapassa a esfera privada e se transforma em prática política de resistência<sup>7</sup>, memória<sup>8</sup> e reivindicação por justiça. Nessa perspectiva, a experiência de Mariluce pode ser interpretada a partir do conceito de maternidade política.<sup>9</sup> Conforme demonstra Adriana das Graças de Paula (2014), mulheres que perderam familiares para regimes autoritários frequentemente transformaram o sofrimento e os vínculos afetivos em instrumentos de mobilização política, reivindicando memória, verdade e justiça. A maternidade,

---

<sup>4</sup> Nome que ele adotara socialmente durante sua permanência na Bahia.

<sup>5</sup> Instituída pela Lei 9.140 de 1995, responsável por investigar 364 casos de mortos e desaparecidos, conforme registros oficiais do governo brasileiro.

<sup>6</sup> O conceito de violência de Estado refere-se às práticas repressivas institucionalizadas e legitimadas pelos aparelhos estatais, incluindo perseguição política, censura, tortura, desaparecimento forçado e assassinato de opositores. No contexto da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), tais práticas integraram mecanismos sistemáticos de repressão política.

<sup>7</sup> É importante destacar que a dimensão política da maternidade não é compreendida aqui como atributo essencial ou natural das mulheres, mas como construção histórica produzida em contextos específicos de violência e repressão estatal, especialmente nas ditaduras latino-americanas do século XX.

<sup>8</sup> A memória não constitui necessariamente uma prática emancipatória ou resistente em si mesma, podendo também ser apropriada por discursos oficiais e projetos políticos diversos. Neste trabalho, a memória é compreendida como espaço de disputa narrativa e política em torno do passado ditatorial.

<sup>9</sup> Entendido como o processo pelo qual a condição materna deixa de estar restrita ao espaço doméstico e passa a constituir uma forma de ação pública e coletiva. (REFERÊNCIA)

portanto, converte-se em linguagem política capaz de conferir legitimidade às denúncias de violência estatal e de confrontar os mecanismos de esquecimento produzidos pelos regimes autoritários. No caso de Mariluce, a luta pela preservação da memória de Gildo e pelo reconhecimento de sua trajetória evidencia como a maternidade tornou-se um espaço de resistência, permitindo a construção de narrativas que desafiam as políticas de silêncio identificadas por Edson Teles (2009) no contexto pós-ditatorial. Recordar, nesse sentido, constitui não apenas um exercício de rememoração, mas também uma prática política voltada à reparação histórica e à defesa dos direitos humanos (PAULA, 2014; TELES, 2009).

### Maternidade

Joan Scott (1995) compreende o gênero como uma categoria útil de análise histórica, capaz de revelar como relações de poder são socialmente construídas. A partir dessa perspectiva, a maternidade deixa de ocupar apenas o espaço privado e passa a ser compreendida também como prática social e política, especialmente em contextos marcados pela violência de Estado. Nesse sentido, a experiência de Mariluce de Souza Moura evidencia como a condição materna pode transformar-se em espaço de resistência, denúncia e preservação da memória.

O conceito de maternidade presente no dicionário é definido como a “qualidade da mãe, de quem gera ou cria; educa, oferece cuidado, carinho, amor e proteção a uma criança”. Entretanto, mais do que uma definição fixa ou naturalizada, a maternidade constitui uma construção histórica e social, atravessada por transformações culturais, políticas e simbólicas ao longo do tempo. Segundo Resende (2016), “[...] a maternidade está envolta em um mito engendrado por vários discursos. Um mito que contempla concepções de amor incondicional; maternidade como felicidade feminina suprema; instinto materno e que permeia o imaginário social até a atualidade.” A experiência de Mariluce evidencia justamente as tensões existentes entre essas construções idealizadas da maternidade e a violência produzida pelo contexto autoritário. Logo após descobrir sua gravidez, ela e Gildo foram presos pela repressão política. Com a morte do companheiro, Mariluce atravessou toda a gestação sem a presença do pai de sua filha, enfrentando simultaneamente o trauma da perda e as violências institucionais impostas pelo Estado. Nesse processo, sua experiência materna foi profundamente marcada por disputas políticas, jurídicas e simbólicas, tornando-se também um espaço de resistência e reconstrução subjetiva.

Os documentos disponíveis no Arquivo Nacional<sup>10</sup> evidenciam as incessantes tentativas do Estado de produzir juízos de valor sobre a imagem de Mariluce. Parte das dificuldades enfrentadas para reconhecer formalmente a filiação de sua filha esteve associada às barreiras institucionais impostas ao reconhecimento jurídico de sua união com Gildo. Embora o casal tenha realizado uma cerimônia religiosa e possuíse registros dessa união, Gildo encontrava-se sob a identidade clandestina de Cássio de Oliveira Alves. Nesse contexto, a própria classificação de Mariluce como “concubina” do marido evidencia como os mecanismos burocráticos e jurídicos também operavam como instrumentos de violência simbólica, deslegitimação moral e controle social.

Como os exames de DNA ainda não estavam disponíveis na época, o processo de reconhecimento da paternidade prolongou-se por muitos anos. Mesmo contando com o apoio da família de Gildo na tentativa de legitimar juridicamente a filiação de Tessa, o reconhecimento oficial só ocorreu quando ela já havia completado dezoito anos de idade. Tal situação evidencia não apenas a morosidade institucional, mas também os obstáculos políticos e sociais enfrentados por mulheres ligadas a militantes perseguidos pela ditadura, revelando como a violência estatal continuava operando mesmo para além da repressão física imediata.

A maternidade, para Mariluce de Souza Moura, ultrapassou os limites da experiência privada e afetiva, transformando-se também em espaço de resistência política e enfrentamento às violências produzidas pelo regime militar. Sua trajetória converteu a condição materna em elemento central de sua atuação pública. Nesse processo, a maternidade não aparece apenas associada ao cuidado e à proteção, mas também como força motriz de denúncia, reivindicação e preservação da memória. Assim como outras mulheres latino-americanas atingidas pelas ditaduras civis-militares, Mariluce transformou a dor, o luto e a experiência materna em instrumentos de luta coletiva por verdade, justiça e memória.

Seu processo individual ecoa trajetórias semelhantes às das Mães da Praça de Maio, na Argentina, que transformaram a maternidade em uma forma de resistência política. Essas mulheres apropriaram-se do espaço público para denunciar as violações de direitos humanos, reivindicando respostas e justiça para os desaparecidos políticos. O movimento das Mães da Praça de Maio teve início em 1977, durante a ditadura militar argentina, sendo liderado por mães

---

<sup>10</sup> Estão disponíveis para acesso no Arquivo Nacional, pertencendo ao fundo do Sistema Nacional de Informação (SNI)(BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011706) e ao fundo da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. (BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.82003759).

que buscavam informações sobre o paradeiro de seus filhos desaparecidos. Reuniam-se na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, carregando fotografias dos filhos desaparecidos e caminhando em círculos como ato simbólico e silencioso de resistência. Seu protagonismo não apenas expôs os crimes da ditadura, mas também confrontou a narrativa oficial que buscava desumanizar as vítimas e deslegitimar seus familiares. Como analisado por Paula (2015):

Afirmar-se como mães que buscavam seus filhos desaparecidos correspondia a travar uma luta contra a representação construída pela ditadura: ‘as mães de terroristas’. Elas camuflavam a identidade dos filhos como militantes, homogeneizando-os na condição de filhos desaparecidos (PAULA, 2015, p. 6).

Essa disputa em torno da legitimidade da maternidade evidencia como os regimes autoritários também atuavam sobre os significados sociais atribuídos às mulheres e às famílias dos perseguidos políticos. A luta das mães de desaparecidos revela que a violência estatal não atingiu apenas as vítimas diretas da repressão, mas também produziu processos de desumanização e marginalização direcionados aos seus familiares. A tentativa de desqualificar essas mulheres enquanto mães, esposas ou sujeitos políticos fazia parte de uma estratégia mais ampla de silenciamento e apagamento das experiências traumáticas produzidas pela ditadura.

A passagem de Marcelo Rubens Paiva aprofunda essa reflexão ao evidenciar como a tortura ultrapassa a dimensão física da violência, produzindo efeitos psicológicos, morais e sociais duradouros:

Tortura também serve para inspirar ódio dos próprios torturados por eles mesmos, que se sentem culpados por não resistirem à pressão e a dor e entregar companheiros, comparsas, a família, inventar até o que não fizeram. O torturado se sentirá então o próprio repressor, o próprio torturador. Na ditadura, torturaram freis, freiras, bispos, padres brasileiros e estrangeiros, velhos, bebês, grávidas, pais com filhos, mães amarradas diante de filhos, por uma causa torpe. O torturador tem pai, filho, esp amigos, vida pública, faz compras, viaja de férias, gasta horas no trânsito, paga impostos, economiza, vota, protesta, planeja o futuro. Pensa no seu gesto ou apenas cumpre ordens? Nenhum torturador dá nome a uma escola, uma praça, uma rua, tem um busto. Já seus torturados... Ele cumpre uma rotina trivial sem distinguir o certo do errado? Vive sob a banalização do mal sem questionar moralmente os efeitos dele? Até democracias que priorizam o bem social, defendem a liberdade, movidas pela igualdade, torturam (Paiva, 2015, p.88).

Ao discutir a banalização da violência e os efeitos subjetivos da tortura, Paiva amplia a compreensão da repressão para além da dimensão institucional, permitindo perceber como o terror de Estado produziu marcas profundas nas relações familiares, afetivas e sociais. Nesse contexto, a desqualificação das mães de desaparecidos pode ser compreendida dentro da lógica

autoritária que buscava inverter as narrativas de resistência, retratando essas mulheres como “mães de terroristas” ou figuras irracionais e emocionalmente descontroladas.

Assim, a luta dessas mulheres não se restringiu à busca por justiça, mas também à reconstrução de suas próprias identidades diante dos processos de desumanização impostos pelo Estado. A trajetória de Mariluce foi marcada por negligências institucionais e pela busca contínua por memória, verdade e reparação. Paralelamente à luta política, dedicou-se à vida familiar, a um novo casamento, à criação dos filhos e posteriormente dos netos, além de reconstruir sua trajetória profissional e acadêmica. Sua experiência demonstra como a maternidade política não anulou outras dimensões de sua existência, mas passou a coexistir com múltiplas identidades e responsabilidades ao longo do tempo. Ainda assim, permaneceu mobilizada pela defesa da memória de Gildo, de Tessa e de sua própria experiência diante da violência do regime.

Como afirma Mariluce em audiência pública da Comissão Nacional da Verdade, em Belo Horizonte, em 22 de outubro de 2012:

Eh eu só queria concluir dizendo o seguinte: nós nunca paramos de batalhar pela pelas explicações pelas histórias. Um pouco mais nós soubemos com as investigações de vários colegas né companheiros e colegas jornalistas etc., que foram tentar resgatar um pouco dessa do que que aconteceu nesses dias né, nesse trânsito, nessas torturas em Recife... que deixaram mortos. Assim né, trazendo dias trágicos terríveis né para tantas pessoas e nós sabemos muito pouco nós sabemos alguma coisa mas falta saber o que que foi feito desses restos desse o que que foi feito do corpo de Gildo. Nós não temos essa resposta falta saber o que que aconteceu quem foram efetivamente os torturadores como é que foi essa morte e ainda hoje eu conversava com um amigo meu que dizia mas não é muito angustiante carregar por 39 anos em vez de esquecer essa angústia e eu dizia para ele não a angústia que se resolve no meio da absoluta desinformação de algo que a dramaticamente pro resto do tempo a sua vida e a vida de uma de muitas pessoas. Nós estamos falando de muitas pessoas, enfim eu achei que para uma plateia jovem era melhor eu trazer um pouco de diferentes (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012).

O depoimento evidencia não apenas a persistência da dor e da ausência, mas também os limites impostos pelo silêncio institucional e pela incompletude das informações sobre os crimes da ditadura. A própria fragmentação das lembranças, as hesitações narrativas e aquilo que não pôde ser plenamente esclarecido também constituem parte fundamental da experiência histórica. Em contextos de violência extrema, o silêncio frequentemente emerge não como ausência de memória, mas como expressão dos limites do testemunho diante de experiências traumáticas e socialmente silenciadas (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Maria Amélia Teles (2015) destaca que as mulheres enfrentaram não apenas a violência do Estado, mas também formas específicas de discriminação de gênero, que buscavam reduzir suas reivindicações ao sentimentalismo ou à irracionalidade. O preconceito enfrentado por essas mulheres contribuiu para a constante tentativa de deslegitimação de suas denúncias, enquanto o Estado procurava retratá-las como cúmplices ou incapazes de compreender o “perigo” representado pelos militantes políticos. Ao ocuparem o espaço público, essas mulheres não apenas desafiaram estruturas patriarcais, mas também confrontaram diretamente as narrativas oficiais produzidas pelo regime. Desse modo, suas trajetórias evidenciam como memória, gênero e resistência política permaneceram profundamente articulados nas disputas em torno da interpretação da ditadura militar brasileira.

Ao analisarmos o filme *Zuzu Angel* (2006), destaca-se a fala do advogado no julgamento de Stuart Angel: “Que fique claro senhores, não estou defendendo o cidadão Stuart Angel, mas a sua memória. Encerro minhas palavras com profundo temor e uma certeza absoluta: a certeza, de que estou defendendo um morto. Que o excelentíssimo procurador militar sabe que acusou um morto e os senhores juízes sabem, que agora, vão julgar um cadáver.” A passagem sintetiza a importância da preservação da memória das vítimas da ditadura como forma de enfrentamento às tentativas de apagamento promovidas pelo Estado. Mais do que simples reconstruções retrospectivas do passado, essas narrativas demonstram como a memória da ditadura permanece constantemente mobilizada nas disputas políticas e sociais do presente (SARLO, 2007).

A permanência dessas memórias no debate público evidencia que os acontecimentos relacionados à ditadura militar continuam produzindo impactos e disputas no tempo presente. Assim, o passado não aparece como experiência encerrada, mas como dimensão constantemente mobilizada para interpretar conflitos políticos, sociais e democráticos da contemporaneidade (HARTOG, 2013).

### Crise

Mariluce passou por um trauma<sup>11</sup> tão intenso que levou anos para conseguir dar forma a sua dor, encontrando na escrita de “A Revolta das Vísceras” uma maneira de elaborá-la. Esse

---

<sup>11</sup> Embora os testemunhos sejam marcados pela subjetividade e pelas reelaborações próprias da memória, eles constituem fontes fundamentais para a compreensão das experiências traumáticas e das violências políticas, especialmente em contextos de repressão e silenciamento institucional.

processo de lidar com o luto não se limitou à perda do companheiro, mas também à experiência de silêncios e silenciamentos impostos pelo Estado, que buscava apagar memórias, desqualificar sua história e impedir o reconhecimento da violência sofrida (PAIVA, 2015; TELES, 2015). Sua filha, Tessa, recorda diversas vezes que acompanhou a mãe passando muito mal durante o processo de escrita criativa do livro. Como indicado por Mariluce em depoimento à Comissão Nacional da Verdade em Belo Horizonte e reiterado no livro, “Pela Memória de um Pai(s): Gildo Macedo Lacerda, presente!”, escrito por Tessa, o esforço de rememorar as violações e sentimentos vividos fazia com que as vísceras se manifestarem fisicamente, provocando náuseas e vômitos, demonstrando a intensidade do trauma e da violência simbólica e administrativa que atravessava o luto (LACERDA, 2023). Além da violência física e institucional, a ditadura também produziu silêncios. Muitos deles foram impostos pelo medo, pela repressão e pelas próprias dificuldades de elaboração do trauma, enquanto outros resultaram das disputas políticas em torno da memória do regime. Nesse sentido, os silêncios presentes nas narrativas sobre a ditadura não devem ser compreendidos apenas como ausências, mas como elementos historicamente significativos, capazes de revelar tanto os limites da linguagem diante da violência quanto os mecanismos sociais e políticos de apagamento e invisibilização das experiências traumáticas (POLLAK, 1989). A própria fragmentação das lembranças, as hesitações narrativas e aquilo que não pôde ser plenamente dito também constituem parte fundamental da experiência histórica. Em contextos de violência extrema, o silêncio frequentemente emerge não como ausência de memória, mas como expressão dos limites do testemunho diante de experiências traumáticas e socialmente silenciadas (SELIGMANN-SILVA, 2008).

Mariluce lidou com o luto e a luta que o atravessou ao longo dos anos, transformando a dor em escrita, que se tornou também um ato de resistência política e de preservação da memória. O livro, publicado originalmente em 1982 pela editora Codecri, narra a história da jovem militante Clara, inspirada na própria experiência de Mariluce como viúva de Gildo. Segundo o livro, ele foi escrito para lidar na ficção com uma dor indescritível, amplificada pela recusa da ditadura em devolver à família o corpo do marido, inserindo a experiência pessoal de perda no contexto da luta por memória e justiça (MOURA, 1982).

A segunda versão, lançada em 2023 pela editora Aretê, intitulada “A Revolta das Vísceras e Outros Textos”, incluiu cartas pessoais escritas enquanto estava detida, entrevistas utilizadas na tese de doutorado de Cristiane Lira (2015) e reportagens de jornais como *Em Tempo* (1978),

além de artigos como Quarenta anos de um assassinato impune. “Por quê?” e “Verdade e reparação para jovens idealistas da APML assassinados pela ditadura brasileira” (Le Monde Diplomatique, 2020) em 20 de julho de 2020. Também apresenta contribuições da antiga versão escrita pelo militante e ex-deputado federal Emiliano José.

No livro, Mariluce demonstra como transformou sua experiência de luto em compromisso público, utilizando a escrita como meio de resistência frente às tentativas de silenciamento e apagamento do Estado. Tessa destaca em seu livro que:

O direito à memória, à verdade e à justiça exige a construção de uma nova memória coletiva a partir dos testemunhos de quem sobreviveu à ditadura; memória que seja a construção de uma verdade que fale dos vencidos e combatentes, para recuperar as palavras de Walter Benjamin, fale dos mortos, dos desaparecidos, dos torturados. Essa verdade só pode ser construída se reconhecermos que houve crimes, crimes de lesa-humanidade, e que esses crimes eram uma prática de Estado, generalizada e sistemática (Lacerda, 2008, p.69).

Essa perspectiva reflete a constante resistência, sua e de sua mãe frente às tentativas de silenciamento e apagamento do Estado. Essa perspectiva evidencia que lidar com o luto durante e após a ditadura implicou também enfrentar as opressões institucionais e sociais, fazendo da memória e da escrita ferramentas essenciais para a reconstrução de sentidos, da identidade e da justiça (PAIVA, 2015; TELES, 2015).

### Conclusão

Em conclusão, a trajetória de Mariluce de Souza Moura evidencia como a violência de Estado durante a Ditadura Militar brasileira transcende a esfera individual, afetando profundamente a vida das mulheres que tiveram seus familiares perseguidos, torturados ou assassinados. A maternidade, nesse contexto, emerge não apenas como experiência biológica ou afetiva, mas como prática política de resistência, memória e denúncia, permitindo transformar a dor pessoal em luta coletiva (RESENDE, 2017; PAULA, 2014; MOURA & ARAÚJO, 2004). A escrita de Mariluce em “A Revolta das Visceras” demonstra como a narrativa pode se tornar ferramenta de elaboração do trauma, preservação da memória e enfrentamento das violências sistêmicas e simbólicas do regime militar, evidenciando, simultaneamente, a dimensão pública de sua maternidade (MOURA, 1982; LACERDA, 2023). A escrita autobiográfica de Mariluce

também pode ser entendida como prática testemunhal. Segundo Seligmann-Silva (2008), o testemunho constitui uma tentativa de elaboração narrativa de experiências traumáticas que frequentemente escapam à representação convencional. Dessa forma, “A Revolta das Visceras” não apenas registra a violência da ditadura, mas revela os limites da linguagem diante do trauma e da perda. Ao mesmo tempo, essa escrita demonstra como a narrativa pode se tornar ferramenta de elaboração do trauma, preservação da memória e enfrentamento das violências sistêmicas e simbólicas do regime militar. Mais do que simples reconstruções retrospectivas dos acontecimentos, essas narrativas evidenciam como a memória do trauma é constantemente reelaborada a partir das disputas políticas, afetivas e sociais do presente, transformando o testemunho em espaço de elaboração da violência e de produção de sentidos sobre o passado autoritário (SARLO, 2007).

A experiência de Tessa, filha de Mariluce, reforça a importância da transmissão intergeracional<sup>12</sup> da memória<sup>13</sup> e da resistência, mostrando como o luto e a perda podem ser transformados em instrumentos de consciência histórica e engajamento social (LACERDA, 2023). Além disso, a análise do contexto das Mães da Praça de Maio e da produção cultural, como o filme *Zuzu Angel* (2006)<sup>14</sup>, permite compreender que a memória das vítimas não é apenas individual, mas social, e sua preservação é um ato de resistência contra a tentativa de apagamento promovida pelo Estado (PAULA, 2014; PAIVA, 2015). Essa dimensão coletiva da memória pode ser compreendida a partir das reflexões de Halbwachs (2006), para quem as lembranças individuais nunca são produzidas isoladamente, mas construídas socialmente por meio dos grupos aos quais os sujeitos pertencem. Nesse sentido, a experiência de Mariluce ultrapassa a esfera privada da dor materna, inserindo-se em uma memória coletiva das violências da ditadura militar, constantemente disputada no espaço público. Além da violência física, o regime militar também produziu mecanismos de silenciamento e apagamento das experiências traumáticas vividas pelas vítimas e seus familiares. Conforme analisa Pollak (1989), determinadas memórias tornam-se “subterrâneas” quando grupos sociais são impedidos de narrar publicamente suas

---

<sup>12</sup> A noção de transmissão intergeracional da memória refere-se aos processos pelos quais experiências traumáticas, lembranças e narrativas históricas são compartilhadas entre diferentes gerações, mesmo entre sujeitos que não vivenciaram diretamente os acontecimentos.

<sup>13</sup> As memórias analisadas neste trabalho não são compreendidas como reproduções integrais do passado, mas como narrativas historicamente situadas, atravessadas por afetos, disputas políticas e processos de reelaboração social.

<sup>14</sup> Neste trabalho, o filme *Zuzu Angel* é compreendido não como reprodução literal dos acontecimentos históricos, mas como representação cultural que participa da construção social da memória sobre a Ditadura Militar brasileira.

experiências. Assim, a escrita de Mariluce representa não apenas um testemunho pessoal, mas também uma ruptura com os processos históricos de silenciamento impostos pela ditadura.

O caso de Mariluce evidencia ainda a necessidade de considerar a dimensão de gênero na compreensão da violência de Estado, uma vez que as mulheres enfrentaram não apenas tortura e repressão direta, mas também discriminação, deslegitimação e obstáculos institucionais que buscavam invalidar sua condição de mães, esposas e protagonistas políticas (TELES, 2015; TELES, 2006). Sua trajetória demonstra que a resistência das mulheres não se restringiu à esfera privada, mas se constituiu em prática pública, capaz de produzir narrativas de verdade, justiça e reparação que permanecem essenciais para a construção da memória coletiva.

Portanto, a história de Mariluce e de tantas mulheres que sofreram os efeitos da ditadura mostra que o enfrentamento da violência estatal exige a articulação entre memória, maternidade e ativismo político. Ao transformar sua dor em ação pública e produção cultural, elas garantem que as experiências de luto, perda e resistência não se percam, consolidando um legado de enfrentamento à opressão e de preservação da memória histórica, que deve ser estudada, reconhecida e celebrada como parte do compromisso contínuo da sociedade com os direitos humanos e a justiça (TELES, 2009; RESENDE, 2017; PAIVA, 2015).

### Referências bibliográficas:

- COMISSÃO Nacional da Verdade em Belo Horizonte: Mariluce Moura. S. l.: canal CNV, 24 abr. 2013. 1 vídeo (44 min). **Audiência Pública realizada na Universidade Federal de Minas Gerais** em 22 out. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jVjNqOeNeWM>. Acesso em: 14 jun. 2026.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. São Paulo: Alfaguara, 2015.
- PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-185723/publico/2014\\_AdrianaDasGracasDePaula\\_VOrig.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21012015-185723/publico/2014_AdrianaDasGracasDePaula_VOrig.pdf). Acesso em: 14 mai. 2026.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

- RESENDE, Deborah Kopke. **Maternidade: uma construção histórica e social**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175-191, fev. 2017.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.
- LACERDA, Tessa Moura. **Pela Memória de um Pai(s): Gildo Macedo Lacerda, presente!** Belo Horizonte: Editora Aretê, 2023.
- MOURA, M. **A revolta das vísceras**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos**. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>. Acesso em: 14 maio 2026.
- TELES, Edson. **Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditadura**. In: International Congress of the Latin American Studies Association. 2009. p. 1-17.
- TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Coleção Tudo é História. Ed. Brasiliense, 1993.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Mulheres: subversivas, vadias, putas, perigosas, tresloucadas?** In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (organizadores). **Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura militar**. RIDH, v. 9-18, 2014.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 1001-1022, 2015.